

O re(flexo) do intento desmistificador através do mito em “Ubirajara”, de José De Alencar

Larissa Araujo da Cruz*

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6107-3743>

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar a obra alencariana “Ubirajara” (1874), escrita no período do romantismo brasileiro. Objetivou-se discutir sobre de que forma o autor contribuiu para as concepções sobre a identidade nacional e, sobretudo, às idealizações concebidas aos indígenas, as quais até os dias de hoje se mantêm no imaginário da população brasileira. Nesse ínterim, fez-se uma profunda reflexão sobre como as práticas indígenas e o próprio indígena são situados no contexto do livro, utilizando-se para tal da pesquisa de cunho documental, ao analisar o romance, e com o aporte de teóricos e documentos que discutem a construção da nacionalidade brasileira desde o século XIX. Como resultado, compreendeu-se que a figura indígena sofreu um processo de subalternização e distorção por entre os séculos, passando de símbolo mítico a um instrumento de exotismo em uma nação despersonalizada.

PALAVRAS-CHAVE

Reflexo; Desmistificação; Mito; Ubirajara; José de Alencar.

The reflection of the demystifying intent through the myth in “ubirajara”, by José De Alencar

ABSTRACT

The present research aims to analyze José de Alencar's work "Ubirajara" (1874), written during the Brazilian Romantic period. The objective was to discuss how the author contributed to conceptions of national identity and, above all, to the idealizations conceived of indigenous peoples, which still persist in the Brazilian population's imagination to this day. In this context, there was a deep reflection on how indigenous practices and the indigenous person are situated within the context of the book, utilizing documentary research to analyze the novel, along with the support of theorists and documents discussing the construction of Brazilian nationality since the 19th century. As a result, it was understood that the indigenous figure underwent a process of subalternization and distortion over the centuries, transitioning from a mythical symbol to a tool of exoticism in a depersonalized nation.

KEYWORDS

Reflection; Demystification; Myth; Ubirajara; José de Alencar.

* Graduanda em Letras Vernáculas e uma Língua Estrangeira Moderna pela Universidade Federal da Bahia. Tem como área de concentração o estudo em pesquisas nas literaturas brasileira e hispano-americana contemporâneas. Atua como professora em formação no ensino de espanhol como língua estrangeira (ELE) em curso de extensão da mesma universidade. O trabalho apresentado é resultado da avaliação final da disciplina LETA21 - Literatura brasileira e a construção da nacionalidade, cuja pesquisa foi realizada entre os meses de abril a junho de 2022. cruz.larissa@ufba.br

Introdução

As configurações atuais do mundo não existem devido ao acaso. Em qualquer nível de perspectiva, o que se tem hoje na sociedade é fruto de inúmeras conquistas, perdas, escolhas, construções, desconstruções e reconstruções de grupos hegemônicos e subalternos que, em contínua oposição, batalham pelo (ato de) poder. A necessidade de contradição à existência do eu – o Outro – criou, segundo aspecto da filosofia aristotélica, certos ideários dicotômicos, fundados em um divergente: certo/errado, bem/mal, mocinho/vilão, feio/bonito etc. O estabelecimento dessas instâncias auxiliou no processo de fixação de padrões e pensamentos unilaterais que desembocaram em estereótipos, forjados no *ex(ótico)*, ou seja, o olhar do exterior, desconhecido, e por isso muitas vezes deturpado.

Destarte, interessa saber (e problematizar): de que forma tais paradigmas foram constituídos? Quem e sob quais aspectos determinaram o “bom” e o “ruim” das coisas? De acordo com quais cosmovisões? Por que e para que isso acontece? Esses questionamentos suscitam diversas respostas, dentre as quais se explorará nesta pesquisa apenas algumas, sem pretensão de esgotá-las ou estabilizá-las, apenas discuti-las. Tais interrogações se fazem primordiais para compreender como a nação e a nacionalidade, aspectos inerentes a qualquer cidadão, foram pensadas e concebidas. Se reflete também sobre quais as implicações advindas dessa “comunidade imaginada” (Anderson, 2008) na concepção identitária dos grupos abarcados pela promulgação e perpetuação arbitrária de características comuns e elencadas “superiores” (e.g. vestimenta, língua, raça), que fundariam uma dita nação homogênea, própria e singular, pondo em xeque outras práticas destoantes desse pensamento restritivo.

Sem embargo, a escolha desses ideários por si só não determina e/ou finaliza o processo de construção da identidade em uma nação: é preciso haver uma difusão deles. Esses assentamentos se conjugaram por meio de veículos comunicadores, sobretudo os midiáticos. Com o auxílio dos meios propagadores, o viés literário, incutindo reciprocamente doses de discurso na narrativa em diversas obras a partir do século XIX, consagrou aspectos destacáveis das e por entre as nações (Soares, 2009), mormente às criações intituladas canônicas ou mui representativas para a literatura mundial.

Todavia, no âmbito acadêmico, muitas produções literárias da época são deixadas à parte porque, em primeiro plano, não parecem apresentar ou suscitar problemáticas na maneira com a qual os personagens são fundamentados. Entretanto, se se detém no romance com maior afinco, os questionamentos logo vêm à tona. Nesse ínterim, por

intermédio da pesquisa documental, analisar-se-á a obra “Ubirajara” (1874) de José de Alencar (1829-1877), autor do romantismo brasileiro, no intento de investigar a maneira com a qual as tradições indígenas, seus corpos e práticas são manifestadas no livro, a fim de tensionar tal representação que solidifica as bases da identidade nacional brasileira e ideias preconcebidas existentes sobre os indígenas. Para isso, buscar-se-á tratar da simbologia por detrás da ideia de “índio”, a partir do aporte da história (como o desenvolvimento do mito fundacional, por exemplo) e a contribuição de obras como “Ubirajara” para a consolidação de tais estereótipos. Ao deter-se sobre o romance, apontar-se-á aspectos referentes à cosmovisão e aos costumes indígenas e de que maneira eles foram representados, tensionando a caracterização e o protagonismo dados aos povos originários brasileiros.

O objetivo geral do artigo é analisar a forma com a qual as práticas e os indivíduos indígenas, seus corpos e tradições, são retratadas na obra literária “Ubirajara” (1874), a fim de compreender em qual lugar estava sua figura e como era representada, bem de que maneira tal construção validou a perpetuação de determinados estereótipos sob os povos originários brasileiros. Quanto aos objetivos específicos, se propõe explicar a simbologia por detrás do “índio”; classificar as relações “contexto-texto” e “autor-livro” dentro da narrativa em “Ubirajara”; compreender a representação do corpo, tradições e das práticas indígenas na obra alencariana; materializar a tentativa do autor em trazer o exotismo e o mito fundacional como aspectos que fundamentariam a gênese da nacionalidade brasileira e ressaltar aspectos mantidos na figuração dos povos originários que contribuem, ainda, para o reforço de estereótipos e sua subalternização.

O trabalho justifica-se, pois, as narrativas difundidas pela criação literária, enquanto frutos do reflexo de uma nação, imprimiram raciocínios que destoaram do real, fosse devido às limitações estéticas estabelecidas pela relação de verossimilhança, fosse pela eleição de valores discursivos em detrimento de outros, tomados como os “corretos”, a ponto de serem utópicos, irrealizáveis, ficcionais. Consoante Souza (2007, p. 59), “os discursos agem no tecido das relações sociais e de poder, eles controlam ações, produzem imagens, divulgam-nas, distribuem-nas e contribuem para a construção dos discursos identitários”. Nesse quesito, cabe assinalar que as imagens em si não são passíveis de carregar significação (Hall, 2016). Contudo, ao serem internalizadas como parâmetro classificatório e/ou assimiladas com outras significações, podem configurar rótulos rígidos e inflexíveis, os quais limitam a possibilidade de fuga ao que lhe fora convencional, instituído.

Posto isso, na literatura, e detendo-se mais especificamente às obras literárias brasileiras, cerne da discussão, a criação de personagens aos moldes desses ideários (vide o índio selvagem, o negro malandro, o nordestino preguiçoso e outros) fez com que fossem arquitetadas diversas acepções “representativas”. Essas nada mais focalizam aspectos incutidos ou perceptíveis no outro em prol da vangloriação do “eu”, na busca pela oposição distanciada. Daí infere-se como, nos tempos hodiernos, o racismo, a xenofobia e a estereotipação perante os grupos minoritários – não em quantidade, mas em voz – permanecem. Ainda que hoje haja inúmeras tentativas de reversão e alteração desse quadro perpassado por agregações e incorporações, a segregação e o apagamento das práticas e dos indivíduos indígenas permanece presente no âmbito brasileiro. Sendo assim, a crítica literária, com o aporte da história, serve de espaço para promover um debate sobre a estereotipização dos grupos tidos como marginalizados a fim de resgatar suas próprias vozes e espaços, sem que o Outro fale por ele.

1. Metodologia

A pesquisa tem cunho documental e utilizou-se dela duas edições da obra “Ubirajara” (1998 e 2009), em uma análise para além do texto (levando em conta, por exemplo, o prefácio, as notas do autor e a advertência, considerados paratextos editoriais), a fim de realizar estudo sobre de que forma foi realizada a caracterização dos povos indígenas no romance e como a corrente indianista fundamentou as bases do imaginário brasileiro no que tange aos povos originários. O artigo é resultado de uma avaliação final para aprovação na disciplina “A literatura brasileira e a construção da nacionalidade” (LETA21), pertencente ao currículo do curso de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cuja análise se deu no período de abril a junho de 2022. Para seleção das edições da obra levou-se em conta a disponibilidade no acervo da Biblioteca Reitor Macedo Costa, pertencente a UFBA, onde os dados foram coletados.

A pesquisa se deu, em primeiro plano, com a leitura do texto na íntegra na versão de 1998 e, *a posteriori*, uma segunda leitura foi efetuada com a versão de 2009. A partir disso, foi realizada uma integração com as investigações teóricas vistas no decorrer da disciplina, tendo como base teóricos que discutem a construção da nacionalidade, tais como Bernd (1998), Candido (2000), Hall (2006; 2016), Anderson (2008), Dussel (2012) e Sadlier (2016). Na construção do artigo, buscou-se refletir sobre o papel das obras literárias e sua função na sociedade; a relação contexto-texto e autor-livro, essas que, mais do que em outras produções, faz-se indissociável; a construção da nacionalidade

por meio da literatura; e os vestígios deixados por esses quesitos no ideário brasileiro sobre os povos indígenas na obra “Ubirajara” (1874), ressaltados nos estudos de Almeida (2006), Miranda (2009) e Lenz (2022).

A pesquisa dispõe de introdução; análise dos dados (divida em quatro seções): “José de Alencar e o paternalismo literário”; “A figuração do indígena brasileiro”, “Ubirajara: um ponto de reflexão dos romances indianistas?” e “O re(flexo) do intento desmistificador através do mito em Ubirajara”; além de considerações finais e referências.

2. Análise dos dados

Pode-se aferir que uma obra literária é, em essência, um conjunto. Não apenas a união de páginas, capítulos, personagens e histórias, e sim, parte de um objetivo. Um autor não a escreverá pelo exclusivo fato de querer, nem o fará sem intenções, por mais simples que sejam. Havendo uma motivação por detrás, devemos entender como, por que, onde e, em especial, para quê e para quem ele deseja escrever. Em suma, referimo-nos ao conjunto dos produtores literários, receptores e seus mecanismos transmissores (Candido, 2000), salutar para que a obra (conquanto geralmente seja autônoma), esteja alicerçada ao seu contexto de criação mais amplo (histórico-social, político e literário), sem avaliações desconexas à realidade.

Sendo assim, para nos determos em *Ubirajara* (1874) e conjecturarmos noções de identidade e nacionalidade, será impreterível depreender quatro fatores que a permeiam, os quais estruturam a discussão: 1) a relação autor-obra e a irmandade existente com romances anteriores a ele (“O Guarani” e “Iracema”); 2) o Romantismo indianista, o projeto de construção nacional por meio da literatura empenhada e a busca pela representação de um herói para o povo brasileiro; 3) a dissonância entre o real (na prática, o verossímil) e o mito, que ficcionaliza e personaliza as bases do imaginário; e 4) os vestígios deixados pelo discurso hegemônico na literatura nacional, manifestados mesmo em obras “genuinamente brasileiras”, à vista da adequação de padrões, assentado na fusão de valores e juízos internos e externos.

1) José de Alencar e o paternalismo literário

José Martiniano de Alencar nasceu em Mecejana (Ceará) em 1829, mas residiu por muito tempo no Rio de Janeiro, à época, capital do Brasil. Filho de um padre que mais tarde viria a se tornar senador, recebeu boa educação e tomou classes de literatura na

Faculdade de Direito, onde floresceu seu interesse pela escrita. Ao longo da vida, publicou diversas obras, dentre as mais destacáveis estão os romances urbanos *Lucíola* (1862), *Diva* (1864) e *Senhora* (1874), além da dita “trilogia indianista brasileira”, formada pelas “obras-irmãs” *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874). Devido ao considerado sucesso e contribuição no desenvolvimento nacional e artístico-literário do país, Alencar foi designado pela historiografia literária como “pai” da literatura brasileira. Existem diversos teóricos que problematizam esse título, e aqui, para níveis de análise, não nos ateremos a essas implicações, apenas nos apoiaremos de algumas vertentes.

Miranda (2009) concebe esse sentido na relação entre Alencar e seus livros (um “autor-pai” e o “livro-filho”), tendo em vista que o autor “tinha o cuidado de cercar seus romances de paratextos (prólogos, posfácios, notas)” (p. 123). Nesses locais, Alencar indicava e descrevia ao leitor a maneira com a qual as obras deveriam ser entendidas. Ao conduzir e direcionar o processo interpretativo, o romancista buscava sintetizar a leitura, mas por outro lado, mais impositivo, intentava fixar-lhe um único sentido, o traçado pelo mesmo, sem possibilidade à abertura de espaços e outras perspectivas, rígido tal qual um pai.

Uma outra dimensão a ser ponderada vem do próprio Alencar, haja vista que, no prefácio (a “Bênção Paterna”, conforme o mesmo) do romance *Sonhos D’ouro* (1872), ele materializa parcialmente seu projeto de nação empenhada que há tanto vinha desenvolvendo em suas obras, funcionando como um percussor/genitor da formação literária da recém-independente nação brasileira. Segundo ele: “A litteratura nacional que outra cousa é sinão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça illustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço” (p. 12).

Alicerçado nos ideais do Romantismo, que reagia ao Arcadismo e desejava desvencilhar-se dos moldes europeus e coloniais em busca de homogeneidade nacional, Alencar recorreu ao elemento que diferenciaria o Brasil das outras nações, o distanciaria do colonizador, aquele que traria uma espécie de coloração diferenciada e individualizaria o país, que representaria e reuniria em si o símbolo do Estado-nação, incorporando um antepassado e inventando assim uma história e cultura nacionais: o índio. Ressalta-se que esse termo será utilizado nesta pesquisa para referir-se à figura estereotipada a qual foi construída sobre os indígenas, dentro do sentido homogeneizador, estático, rotular. Ao mencionar e os referenciar enquanto povo, dotados de práticas e tradições históricas, se deterá a conotação “indígena” ou senão, ameríndio.

2) A (figura)ção do indígena brasileiro

Para compreender a maneira com a qual o indígena tornou-se um símbolo e passou, no século XIX, a “representar” (em verdade, figurar) e ser representado na e pela literatura brasileira, é crucial voltar um pouco antes no tempo, mais precisamente em 1500, ano em que se alega o “descobrimento” do Brasil. Ao chegar nas terras tupiniquins, Pero Vaz de Caminha, navegador português, relatou em sua famosa carta as belas paisagens naturais, a diversidade da fauna e da flora, o excentrismo da terra inexplorada, um “paraíso” dado a eles por Deus.

Entretanto, ao remeter-se aos indígenas, povos originários daquele território, entendia Caminha ser gente “bestial e de pouco saber” (Castro, 1996, p. 88), que faziam uma “algazarra [...] tamanhamente bárbara que ninguém mais se podia entender” (*ibidem*, p. 88) e, com práticas distintas e “estranhas” às deles (costumes, vestimenta, língua, religião, entre outros), a única opção que lhe restara seria “salvar esta gente” (*ibidem*, p. 98), instituindo-lhes então as práticas culturais europeias para que enfim, fossem civilizados – ou melhor, ocidentalizados. Nesse sentido, na conjuntura colonial, o olhar sob o Outro (o índio) sempre partiu da perspectiva do “eu” (o português europeu), em projeção egocêntrica, na expectativa de alimentar o ego, criando versões (e conseqüentes expectativas frustradas) de si no outrem:

América no es descubierta como algo que resiste distinta, como el Otro, sino como la materia a donde se le proyecta ‘lo mismo’. No es entonces la ‘aparición del otro’, sino la ‘proyección de lo Mismo’: encubrimiento [...] el ego moderno ha aparecido en su confrontación con el no-ego; los habitantes de las nuevas tierras descubiertas no aparecen como Otros, sino como lo Mismo a ser conquistado, colonizado, modernizado, civilizado como ‘materia’ del ego moderno (Dussel, 2012, p. 45).

Com o desconhecimento da diferença, acompanhado pela intolerância, o “ex(ótico)”, olhar exterior e desconfigurado, respaldou o rechaço dos europeus para com o Indígena. Esse seria entendido como monstro selvagem, bruto, canibal, falante de uma língua “incompreensível”, o que lhe afastaria cada vez mais da colônia (e da nação) que surgira. Sendo assim, o que alterou esse quadro? Como o índio passou a simbolizar a nação, enquanto anteriormente não a integrava nem era desejado por ela? A verdade é que, *a priori*, historicamente o *locus* indígena não logrou significação para a instituição do Estado-nação (Dussel, 2012). No entanto, se fez necessário um elemento que

representasse aquele novo povo, em razão de não apenas instituir à nação um antepassado que fundamentasse as vontades do presente, mas também evocasse e elegeisse um diferencial àquela terra.

Os indígenas seriam o “marco zero”, ponto de partida para o começo da nação e, através do mito fundacional, as histórias focalizariam aspectos mais “relevantes” e “distintivos” das tradições ameríndias, a fim de se concretizar, sob viés literário, uma autêntica narrativa “brasileira”. Por conseguinte, a imagem do indígena fez-se inventar e dissuadir, motivada pela força sacralizante da literatura (Bernd, 1992), isto é, à força da homogeneidade, na expectativa da “construção de uma identidade do tipo etnocêntrico” (*ibidem*, p. 17) que fortaleceria a identidade nacional. É possível atestar esse fato no também romance alcario “Iracema”, o qual, embora demonstre o nascimento do primeiro brasileiro, fruto da miscigenação, ratificando, pois, a participação indígena e europeia na composição étnica do país, mata a protagonista ao fim, simbolizando a aniquilação de seu povo e história, na prevalência da raça “superior”, branca. Não obstante, na contramão desse ideário, Alencar lançaria, quinze anos anteriores à Proclamação da República, a obra que subverteria a linearidade a qual vinha delineando, apesar de manter determinados padrões ocidentalizantes. Trata-se de *Ubirajara*.

3) **Ubirajara: um ponto de inflexão dos romances indianistas?**

Publicado em 1874, “Ubirajara” finalizou a trilogia indianista de Alencar ao somar-se ao “O Guarani” e “Iracema”. Todavia, diferente dos seus antecessores, ele “dramatiza elementos pré-cabralinos” (Santiago, 1975, p. 3) ou seja, relata e afirma a existência de uma ancestralidade tupiniquim, com tradições e histórias daqueles povos antes do “descobrimento”, onde teria nascido, por invenção, o início da nação. A contiguidade da trilogia é estabelecida em “Ubirajara” já na “Advertência”, que antecede a obra, quando o autor relata sê-lo “irmão de Iracema” (Alencar, 1998, p. 12) orientando, em pontual circunscrição, à uma leitura da obra, o que retoma as relações “autor-pai” e “livro-filho” (Miranda, 2009), discutidas anteriormente.

O romance conta a história de Ubirajara, um guerreiro da tribo Araguaia que, mesmo possuindo uma noiva (Jandira) à sua espera, ao se apaixonar por Araci, filha do chefe da nação Tocantim, quer tomá-la como esposa. Para lograr o feito, o protagonista vai até a tribo da mulher e batalha com todos os outros homens, vencendo ao fim. Contudo, antes de consumar a união, Itaquê, pai de Araci, descobre que Ubirajara havia

tomado um de seus filhos (Pojuçã) como escravo, após uma luta travada entre os dois. O guerreiro então se retira e volta ao seu lar, liberta Pojuçã e, para que o casal possa permanecer junto, principia-se uma guerra entre Araguaias e Tocantins. Entrementes, a tribo de Araci é atacada por outra inimiga e, nessa batalha, Itaquê perde a visão. Na expectativa que seu filho assumira a liderança, o arco é entregue a Pojuçã, que se revela incapaz para tal feito. Por último, Itaquê interpela à Ubirajara, que aceita a atribuição e, dessa forma, torna-se chefe das duas tribos, agregando-as em uma única, mediante a união dos arcos, assim como a obtenção de duas esposas, uma para cada tribo.

No que se refere à recepção, a obra não obteve tanto êxito quanto suas “irmãs”, e parte disso adveio da escolha do autor em priorizar contar uma história “puramente” indígena, sem nenhum elemento externo interventor, destoando dos outros dois romances da trilogia, em que ao escritor lhe foram feitos julgamentos no tocante à demasiada ficcionalização e poetização do índio (Almeida, 2006). Outrossim, o grande afastamento, no sentido tanto cultural quanto histórico, determinou à crítica desconhecer (ou não reconhecer) a história e os valores ali incutidos como cerne do “ser brasileiro”, dentro dos parâmetros os quais foram estabelecidos a nacionalidade. O herói continuava sendo um índio, em consonância com as ideias românticas vigentes, mas um índio “puro”, em seu caráter primitivo, uma releitura do nativo, sem contato algum com o europeu. Portanto, na cosmovisão dominante, ainda se vinculava à barbárie, era selvagem.

Em folhetim relativo à obra alencariana publicado em 1875, Joaquim Nabuco traduz esse juízo: “Essa literatura indígena tem certa pretensão a tornar-se a literatura brasileira [...] o que porém é impossível, é querer-se fazer dos selvagens a raça, de cuja civilização a nossa literatura deve ser o monumento” (Nabuco, 1875 apud Lenz, 2022, p. 112). Dessa forma, embora a “narrativa da nação” (Hall, 2006) estivesse sendo contada – isto é, os mitos e tradições que solidificariam e engendrariam o povo e a nação brasileira –, a não-intervenção (material, filosófica e ideológica) do grupo hegemônico desfez da história indígena a possibilidade de integralização à brasileira, desterritorializando-os do lugar o qual essencialmente os pertencia.

Na constituição de “Ubirajara”, para afastar-se dos indicativos ocidentais e alcançar o estado de natureza primeva, “límpida”, tal qual compreender aspectos originários daquela terra (e.g. fauna e flora), além dos costumes indígenas anteriores à conquista portuguesa, Alencar realizou uma série de pesquisas etnográficas. As figuras de Gabriel Soares, Jean de Léry e André Thévet, historiadores e cronistas da época colonial, são as mais citadas. Na “Advertência” e nas “Notas do Autor”, o romancista assegura as

contribuições desses no seu processo de composição e estudo literários, servindo de referência à “tradução” de elementos indígenas que, ao longo do texto, são retratados e retomados. Entretanto, Alencar foge do teor apreciativo, expondo a necessidade dos relatos serem “lidos à luz de uma crítica severa” (Alencar, 1998, p. 12), pois lhe antevia o saber da projeção, dos historiadores para com os indígenas, no encontro de “um mundo novo e segregado da civilização universal uma perfeita conformidade de ideias (sic) e costumes” (*ibidem*, p. 12). Ou seja, a perspectiva histórica estudada pelos cronistas, transpassada pelas ópticas externas e munidas pelas acepções dominantes, imprimiram nos valores indígenas tons depreciativos, no almejar da descoberta de um “novo”, o Outro, porém pautado e cerceado por um Mesmo (Dussel, 2012), limitador.

Para ressaltar a importância das lendas, Alencar recorre às tradições indígenas, que rememoriavam a nação “como um lembrete de suas origens e do povo e dos acontecimentos que constituem sua história” (Sadler, 2016, p. 187). A diligência dada à memória reitera o compromisso com a oralidade e a perpetuação dos valores e preceitos dentro da comunidade: “os prudentes anciões, com a cabeça inclinada para melhor ouvir, recebiam as palavras do grande chefe e as guardavam na memória” (Alencar, 1998, p. 33), desmistificando tal elemento muitas vezes recusado pela historiografia literária como válido.

Ubirajara é, portanto, a reunião do antepassado “brasileiro”, a matriz, a origem fundada a partir do mito, esse que, desde os tempos pretéritos, fora utilizado para materializar e solucionar questões as quais não havia respostas concretas ou explicações plausíveis. Nas sociedades, o mito sempre foi uma forma de outorgar um ponto de partida às suas crenças, tradições e identidades que, no ideal romântico, expressava as realizações individuais e subjetivas para suprir e sedimentar as angústias internas de uma identidade fragmentada.

A mítica internalizada sob “Ubirajara” reitera o lado heroico advindo da epopeia greco-romana, justificando o espírito poético da obra. O lirismo que se alastra durante a prerrogativa do romance, em particular na fala dos personagens: “Ubirajara vai pedir ao gavião suas asas para voltar ao seio de Araci. Ele virá a frente de sua nação, conduzido pela luz de teus olhos” (Alencar, 1998, p. 58) retém a idealização romântica e emocional da *poesis* associada ao ideário metafórico em que se imaginava ser, na concepção alencariana, a transposição da cosmovisão indígena para a “brasileira”. Assim, importante era que se fizesse entender a história, não importando que adaptações ou transgressões fossem submetidas. Não é por menos que nas “Notas do Autor”, o romancista relata que

preferiu, em determinadas situações, manter expressões e/ou constituintes das tribos inferidas para que se concebesse uma narrativa verossímil e, nos demais casos, traduzi-las, esboçando familiaridade aos leitores (à época, a elite burguesa). Nesse ínterim, a obra não se esquivava de certos padrões: afinal de contas, a história continua sendo um romance romântico, onde, ao fim e ao cabo, o mocinho e a mocinha apaixonam-se e lutam desesperadamente pela permanência de seu amor. Doravante elucidaremos, Alencar, em “Ubirajara”, apesar da tentativa de subverter e afugentar as noções hegemônicas ocidentalizantes, desmistificadas em parte, terminou por estreitar-se e moldar-se, à sua maneira, aos parâmetros categóricos de submissão.

4) O reflexo do intento desmistificador através do mito em “Ubirajara”

Aos indianistas, o mecanismo de intervenção lhes deu margem a promulgação de uma literatura própria apoiado na representatividade figurativa por meio de símbolos nacionais. Todavia, ao pautar a adquirida experiência sobre o Outro para tratá-lo e retratá-lo, sem antes retirar a lente inequívoca da diferença, tendeu-se a destoar da realidade. Conforme mencionado, Alencar, ao utilizar como embasamento o arcabouço de cronistas e historiadores – em sua maioria, europeus –, recebeu deles as percepções afixadas em seus relatos, ainda que evitasse ao máximo incorporá-las. Para Sá (2009), as “Notas do Autor”, onde as inferências são mais visíveis, sintetizam e demonstram em seu bojo o elemento branco, o não-distanciamento do colonizador, despontando do seu objetivo máximo: independizar-se.

Concomitantemente, noções por vezes criticadas pelos historiadores em suas narrativas são reportadas com relativização por Alencar como parte das práticas ameríndias. Tal fissura rompe o sequencialismo esperado, em uma linha diferenciadora que, segundo o pensamento derridiano, deslocará o ideal limitado pelo eurocentrismo, o qual considerava o indígena um ser sem “Fé, nem Lei, nem Rei.” (Gândavo, 2008, p. 65). Aqui aludimos a evocação e interpelação à Tupã, ente divino da cosmovisão tupi; a lei da hospitalidade, em que o guerreiro se hospeda na taba de outra tribo e não lhe questionam sua origem, assim como atribuem a ele um nome que o individualize; além da atestação de um sistema estruturado dentro das tribos, com chefes guerreiros e “políticos” (em aspas, dada a conotação um tanto quanto moderna). Todos esses elementos contestam a noção equivocada de aparente desordem e incivilidade indígenas, validando, pois, o

assentamento de uma “hierarquização social, paralela, e tão rígida quanto a europeia (sic)” (Almeida, 2006, p. 51).

É nesse ponto onde surge o limiar entre a crítica à civilidade e o nascimento de uma aproximação, tão acercada ao pensamento europeu, que parece confundir e derivar dele. À vista disso, se conserva o monoteísmo, os sistemas patriarcal e escravocrata, bem como a existência de regras de conduta, ainda que não afixadas em meios escritos. Em contraposição à barbárie, a hospitalidade se relaciona à cordialidade para com o próximo, elemento que ainda se mantém presente no imaginário sobre o “ser brasileiro”. Até mesmo o comportamento poligâmico, malvisto pelos cronistas, é sustentado como uma essência advinda “da mesma natureza da que existiu entre os hebreus” (Alencar, 1998, p. 77), enquanto a antropofagia não seria uma práxis nova nem exclusiva indígena, e sim “comum na Europa [...] não só pelas tradições dos bárbaros, como pelas credences da média idade, nas quais figuravam gigantes e bruxas” (*ibidem*, p. 85). A gênese da nação brasileira é então construída sob molde ocidental e não propriamente indígena. Nesse contexto, Sá (2009, p. 16) aclara:



Ubirajara [...] nos presentan un indio que se porta sexualmente de acuerdo con los patrones cristiano-europeos de casamiento y virginidad, que demuestra una religiosidad intensa y monoteísta, aunque peculiar, que mantiene un sistema de gobierno basado al mismo tiempo en la jerarquía patriarcal y en la democracia y que finalmente, en su ritual aparentemente más repugnante, la antropofagia, no hace nada más que aproximarse a las costumbres cristianas.

Dessa forma, o re(flexo) da figura indígena, inventada e desconexa a real, é estável, não se deixa escapar a nenhum tipo de deslocamento, não deriva. À vista disso, é uma imagem parada, estática, e mesmo que indique a existência de constituintes que lhe sejam próprios, o foco não é dado à sua identidade individual, mas sim às suas cerimônias, rituais e práticas, igualadas e relacionadas à paradigmas estrangeiros similares, hierarquizando-as em um lugar subalterno. Nessa perspectiva, o índio não tem voz, não se individualiza, é instrumentalizado e objetificado.

No romance em questão, o narrador onisciente extradiegético reforça a intenção de despersonalizar, retirar e dissuadir dos personagens a possibilidade de assumir protagonismo: há sempre alguém que fala por ele. É o que assegura Librandi-Rocha (2014, p. 173): “O fato é que civilizações aborígenes sempre fizeram parte do programa da literatura brasileira; no entanto os modos de sua inserção sempre foram via delegação”. Dessa maneira, as percepções deturpadas permanecem, já que a mínima construção identitária indígena incumbiu-se apenas à convenção dominante e

hegemônica – para eles, a colaboração ameríndia restringiu-se à fundação mítica, estipulou-se ali seu apogeu e, pouco a pouco foi-se apagando, até ser levada, nos tempos hodiernos, a um quase extermínio.

Considerações finais

Em “Ubirajara”, a desmistificação de ideários, transcorrida com o auxílio do mito fundacional, intensifica a crítica aos textos (e respectivos autores) que, desde a conquista das terras tupiniquins, optaram por impor e/ou configurar a terra a seu modo, seus costumes, crenças e vivências, dar-lhe um início, quando já havia aqui povos guarnecidos de práticas, com línguas, hábitos, (ante)passados e presentes, sem que nenhum elemento estrangeiro fosse necessário para as suas existências.

É a intervenção externa, a partir da costura de uma única identidade em prol da constituição de uma cultura nacional homogênea (Hall, 2006) que lhes conferiu o rompimento do *bon sauvage*. Houve, em movimento antropofágico retrógrado, a assimilação não dos bens, mas sim dos vícios que corromperiam o intitulado herói nacional, o que parece fugir a “Ubirajara” por estar em convívio apenas consigo e sua natureza, mantendo, pois, sua “integridade” (ou melhor, sua identidade). Apesar disso, as aproximações entre as culturas, tais como relatadas ao decorrer da pesquisa, tendem a cerrar-se em uma harmonização, à eleição de especificidades, a contação de uma história única, a qual, dentro de uma nação como o Brasil, miscigenada e difusa, se revela impraticável. Destarte, solidificar a identidade nacional segundo um único parâmetro é cingir a história, haja vista que o nascimento e a constituição da nação não são lineares, já que parece ser a pluralidade a responsável por plasmar a singularidade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 26-70.
- ALENCAR, José de. **Ubirajara**. 14^o ed. São Paulo: Ática, 1998.
- ALENCAR, José de. Bênção Paterna. In: Garnier, B.L.(Org). **Sonhos d'ouro**. 1^o ed. Rio de Janeiro: Instituto do Brazil, 1872, p. 5-23.
- ALMEIDA, Alexandre Vieira de. A desconstrução da identidade nacional a partir do imaginário mitológico em Ubirajara, de José de Alencar. **Caderno Seminal Digital**; Rio de Janeiro, n.6, v.6, 2006, p. 48-68.
- BERND, Zilá. **Literatura e Identidade Nacional**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1992.

- CASTRO, Silvio (int., atual., notas). **O descobrimento do Brasil: A carta de Pero Vaz de Caminha**. Porto Alegre: L&PM, 1996, p. 76-98.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. 6 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
- DUSSEL, Enrique. **1492: El encubrimiento del otro**. Buenos Aires: Docência, 2012.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Da condição e costumes dos índios da terra. In: Cardim, Carlos Henrique; Madruga, Carlyle Coutinho; Cunha Neto, Raimundo Pontes (Org.). **Tratado da terra do Brasil: história da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 65-70.
- HALL, Stuart. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: _____.(Org.). **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 47-65.
- _____. Heróis ou vilões? In: _____.(Org.). **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016. p. 139-160.
- LENZ, Thiago. **Um etnográfico de gabinete: a ficcionalização do indígena em Ubirajara (1874), de José de Alencar**. 2022. 175 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, UFPR, Curitiba, 2022.
- LIBRANDI-ROCHA, Marília. A carta Guarani Kaiowá e o direito a uma literatura com terra e das gentes. **Estudos de Literatura Brasileira**, Brasília, v.1, n. 44, p. 165-191, jul./dez. 2014.
- MIRANDA, Wander Melo. Heterogeneidade e conciliação em Alencar. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 29, n.1, p. 121-124, 2009.
- SÁ, Lúcia. Ubirajara: la leyenda y las notas. In: AGUILAR, Gonzalo; CÁMARA, Mario (Org.). **Ubirajara, por José de Alencar**. Buenos Aires: Corregidor, 2009, p. 9-18.
- SADLER, Darlene J. As bases de um imaginário literário nacional. In: _____.(Org.) **Brasil imaginado: de 1500 até o presente**. São Paulo: EDUSP, 2016, p. 157-216.
- SANTIAGO, Silvano. **Roteiro para uma leitura intertextual de Ubirajara [1975]**. Ubirajara. 14^o ed. São Paulo: Ática, 1998.
- SOARES, Thereza Maria Zavarese. Língua e identidade nacional: a construção de imaginários pelas políticas linguísticas. In: **Anais do XIII CNLF**. CiFEFiL, Rio de Janeiro, 2009, p. 704-716.
- SOUZA, Florentina. Texto, Cor e Histórias. In: SOUZA, Florentina da Silva (org.). **Afro-descendência em cadernos negros e Jornal do MNU**. São Paulo: Autêntica, 2007, 2 ed., p. 51-70.

Recebido em: 12/10/2023

Aceito em: 12/04/2024

Para citar este texto (ABNT): DA CRUZ, Larissa Araujo. O re(flexo) do intento desmistificador através do mito em “Ubirajara”, de José De Alencar. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº 1, p.322-336, jan.-abr. 2024.

Para citar este texto (APA): da Cruz, Larissa Araujo (jan.-abr. 2024). O re(flexo) do intento desmistificador através do mito em “Ubirajara”, de José De Alencar. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 4 (1): 322-336.

